

RENATA CASSIA DE SANTANA

Mestre em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo (2012). Pós-graduada (especialista)  
em Direito Tributário pela COGEAE/PUC (2006).  
Graduada em Direito pela Universidade Presbiteriana  
Mackenzie (2002). Advogada.

## **INIDONEIDADE FISCAL NO ÂMBITO DO ICMS**

São Paulo

2014

Copyright © 2014 By Editora Noeses  
Editor-chefe: Paulo de Barros Carvalho  
Coordenação editorial: Alessandra Arruda  
Capa: Ney Faustini  
Produção editorial/arte: Denlse Dearo

CIP - BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

---

Sa593 Santana, de Renata Cassia.  
Inidoneidade fiscal no âmbito do ICMS / Renata Cassia de Santana.  
– São Paulo : Noeses, 2014.  
Inclui bibliografia. 329 p.  
1. ICMS. I. Título.

CDU 340

---

2014

Todos os direitos reservados



Editora Noeses Ltda.  
Tel/fax: 55 11 3666 6055  
[www.editoranoeses.com.br](http://www.editoranoeses.com.br)

# SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>VII</b>
<b>PREFÁCIO.....</b>	<b>XIII</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>XVII</b>
<b>1 DELIMITAÇÃO DO OBJETO E PREMISSAS BÁSICAS .....</b>	<b>1</b>
1.1 Linguagem e realidade.....	2
1.2 Sistemas.....	4
1.2.1 Conceito de sistema.....	4
1.2.1.1 Sistema da Ciência do Direito e sistema do direito positivo .....	6
1.2.2 Classificações dos sistemas jurídicos.....	9
1.3 Norma jurídica.....	12
1.3.1 Conceito de norma jurídica.....	12
1.3.2 Classificações das normas jurídicas.....	13
1.3.2.1 Classificação segundo o grau de geração de sentido da norma: normas jurídicas em sentido amplo e em sentido estrito..	14
1.3.2.2 Classificação segundo a estrutura da norma: normas jurídicas primárias e secundárias .....	16

1.3.2.3	Classificação segundo o grau de positivação da norma: normas individuais, normas gerais, normas abstratas e normas concretas .....	19
1.3.2.4	O fato jurídico tributário e a instauração do vínculo obrigacional.....	21
1.3.2.4.1	Algumas considerações sobre a relação jurídica, os ilícitos ou infrações tributárias, os crimes fiscais, a responsabilidade tributária e as possibilidades de sua exclusão e extinção .....	22
1.3.2.4.2	Paralelo entre a responsabilidade tributária e a responsabilidade da Administração Pública	43
1.3.2.5	O fato jurídico tributário e sua relação com o tempo.....	50
1.3.2.6	Situando a norma jurídica de presunção	51
1.3.2.7	Cuidados no emprego do princípio da praticabilidade ou praticidade tributária ...	55
1.3.3	Acepção de “norma jurídica” .....	58
1.4	Validade, vigência e eficácia no Direito .....	58
1.5	Fontes do Direito .....	64
1.5.1	Conceito de fontes do Direito .....	64
1.5.2	Classificações das fontes do Direito Tributário	66
<b>2</b>	<b>DA IDONEIDADE À INIDONEIDADE FISCAL SEGUNDO A LEGISLAÇÃO DO ICMS .....</b>	<b>71</b>
2.1	Acepções do termo “idoneidade fiscal” conforme a relação jurídica estabelecida .....	72
2.1.1	Escolha da aceção mais apropriada .....	78

## INIDONEIDADE FISCAL NO ÂMBITO DO ICMS

2.2	Condições da idoneidade fiscal.....	78
2.2.1	Primeira condição: “atenda a todas as exigências da legislação pertinente” .....	79
2.2.2	Segunda condição: “seja emitido por contribuinte em situação regular perante o Fisco” .....	80
2.2.2.1	Inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS.....	81
2.2.2.1.1	Situação cadastral ativa e outros enquadramentos.....	86
2.2.2.1.2	Hipóteses de alteração da situação cadastral e procedimentos	86
	a) Nulidade, suspensão e cassação da eficácia da inscrição estadual .....	87
	b) Inaptidão da eficácia da inscrição estadual .....	122
	c) Baixa da eficácia da inscrição estadual .....	123
2.2.2.2	Estar o emitente em atividade no local indicado no Cadastro de Contribuintes do ICMS.....	125
2.2.2.3	Possibilidade de se comprovar a autenticidade dos demais dados cadastrais apontados pelo emitente ao Fisco.....	128
2.2.2.4	Não cometimento de ilícitos tributários dispostos nos artigos 20 e 21 da Lei Estadual n. 6.374/89.....	129
2.2.3	Terceira condição: “esteja acompanhado, quando exigido, de comprovante do recolhimento do imposto” .....	133
2.3	Repercussões do descumprimento das condições da idoneidade fiscal.....	138

2.3.1	A inidoneidade fiscal para o emitente em situação irregular perante o Fisco.....	139
2.3.2	A inidoneidade fiscal para quem negocia com o emitente em situação irregular .....	145
<b>3</b>	<b>OS VÍCIOS NO PROCEDIMENTO DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE FISCAL .....</b>	<b>151</b>
3.1	Ausência de um processo específico de declaração de inidoneidade fiscal .....	154
3.2	A retroatividade dos efeitos da declaração de inidoneidade fiscal baseada em presunções .....	157
3.3	A dispensa da publicidade do ato que declara a inidoneidade.....	166
<b>4</b>	<b>A RELEVÂNCIA DA BOA-FÉ .....</b>	<b>171</b>
4.1	Acepções do termo “boa-fé” .....	172
4.2	Boa-fé objetiva e boa-fé subjetiva.....	173
4.3	Prova da “boa-fé” .....	176
4.4	Norma jurídica da boa-fé: regra ou princípio?.....	179
4.5	Funções da boa-fé.....	182
4.6	Critérios para constatação da boa-fé .....	184
4.7	O artigo 136 do Código Tributário Nacional e a aplicação do princípio da boa-fé.....	188
<b>5</b>	<b>PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE NORMA QUE PREVÊ A GLOSA DE CRÉDITOS DE ICMS EM CASO DE INIDONEIDADE FISCAL .....</b>	<b>191</b>
<b>6</b>	<b>ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL .....</b>	<b>185</b>
6.1	Precedente do Superior Tribunal de Justiça .....	195
6.1.1	Das razões de decidir do Superior Tribunal de Justiça: relevância da boa-fé, irretroatividade	

dos efeitos da declaração de inidoneidade fiscal, limitação na apuração da regularidade fiscal do vendedor pelo adquirente e não responsabilização do adquirente pela infração, nos termos do artigo 136 do Código Tributário Nacional.... 202

- 6.2 Posicionamento de alguns Tribunais Administrativos (Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo, Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro, Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Pernambuco, Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Estado de Tocantins, Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários do Estado do Pará e Conselho Estadual de Recursos Fiscais do Estado do Espírito Santo) ..... 207

- 6.2.1 Das razões de decidir do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo: relevância ou irrelevância da boa-fé, ônus da prova de irregularidade do Fisco ou do contribuinte, natureza declaratória ou constitutiva do ato que oficializa a declaração de inidoneidade fiscal, possibilidade ou não de retroagirem os efeitos da declaração de inidoneidade fiscal antes da publicação do ato que declara a inidoneidade, utilidade ou inutilidade da prova de pagamento da operação, necessidade ou não de se provar o recolhimento do ICMS pelo vendedor, limitação ou não limitação na apuração da regularidade fiscal do vendedor pelo adquirente e pelo Fisco, notas fiscais e declarações à Administração Pública como provas unilaterais do contribuinte, relatório fiscal como mero documento indicário do Fisco, responsabilização ou não do adquirente pela infração, nos termos do artigo 136 do Código Tributário Nacional, possibilidade ou não de representação para fins penais em face do adquirente, confiscatoriedade ou não

dos juros e da multa impostos ao adquirente e não aplicação cumulativa de multas.....	207
6.2.2 Das razões de decidir do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal e do Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro: relevância da boa-fé e não responsabilização por infrações do artigo 136 do Código Tributário Nacional.....	274
6.2.3 Das razões de decidir do Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Pernambuco: relevância da boa-fé, impossibilidade de retroagirem os efeitos da declaração de inidoneidade fiscal antes da publicação do ato que declara a inidoneidade e afastamento da responsabilidade criminal, mas não da responsabilização por infrações, do artigo 136 do Código Tributário Nacional.....	279
6.2.4 Das razões de decidir do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Estado de Tocantins: prova do pagamento do ICMS e afastamento de responsabilidade e punições.....	281
6.2.5 Das razões de decidir do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários do Estado do Pará: irrelevância da boa-fé.....	283
6.2.6 Das razões de decidir do Conselho Estadual de Recursos Fiscais do Estado do Espírito Santo: relevância ou irrelevância da boa-fé, responsabilidade solidária do adquirente no pagamento do ICMS e condições para fruição da não cumulatividade (pagamento ou mero destaque) .....	284
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>291</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>297</b>